



PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE TIMBIRAS/MA: quebrando paradigmas

Maria Bianca Silva de Lima¹

Geovana Coêlho de Souza Lima²

Crislanne dos Santos Silva³

Maylton Sousa Alencar⁴

Maria das Neves Alves Ramos⁵

Aziel Alves de Arruda⁶

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo verificar a presença de profissionais com algum tipo de deficiência nas unidades de ensino do município de Timbiras, localizado no Estado do Maranhão. Para o enriquecimento desta pesquisa temos a contribuição de diversos autores que elencam e debatem os comportamentos, hábitos e/ou condutas sociais que influenciam o modo de vida em sociedade, e os reflexos que estes modos interferem no processo de inclusão. Os autores citados na pesquisa colaboram na atividade metodológica adotada, de cunho qualitativo, partindo da análise dos argumentos dados em entrevistas por gestores, supervisores e pela Secretária Municipal de Educação. Identificamos que no quadro de profissionais da educação do município não temos dados de professores com algum grau de deficiência atuando em sala de aula, constatamos, no entanto, a presença de supervisores escolares, desempenhando suas funções. Para tanto, nossa pesquisa se pautou na experiência e relato destes profissionais pontualmente. Concluimos que, apesar de termos ao nosso dispor leis e sanções que viabilizam e garantem o direito das pessoas com deficiência nos diversos âmbitos da sociedade, nos pautando aqui principalmente no ambiente escolar, podemos notar ainda que temos um longo caminho a percorrer para alcançar o que pretendemos e entendemos por inclusão.

Palavras-chave: Deficiente, Acessibilidade, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto em que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência enfrentam inúmeras dificuldades, tanto ~~suas~~ quanto profissionais. Percebemos que, ser uma pessoa com alguma deficiência física é desafiador, pois há o enfrentamento de barreiras sociais como a falta de acessibilidade e as discriminações presentes no dia a dia.

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA – blima0639@gmail.com

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA - geovanacslima@gmail.com;

³ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - crissantos2015silva@gmail.com;

⁴ Graduando pelo Curso de Ciências Naturais da Universidade Federal do Maranhão- UFMA – mayltoncx19@gmail.com;

⁵ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA – maryneves209@gmail.com;

⁶ Professor orientador: Doutor, do Centro Ciências da Universidade Federal do Maranhão- UFMA - Codó, aziel.arruda@ufma.br;

O presente artigo tem como objetivo investigar e discutir sobre os profissionais da educação que possuem algum tipo de deficiência no município de Timbiras - MA, e quais as contribuições delas no desenvolvimento da prática pedagógica e quais as dificuldades encontradas por elas no processo de formação acadêmica e pedagógica, estabelecendo novas discussões para o contexto educacional atual.

Este trabalho apresenta atividade metodológica pautada no tratamento qualitativo (LÜDKE & ANDRÉ, 1986), com análise dos argumentos dados em entrevistas com duas professoras com deficiência da cidade de Timbiras, situada a leste no estado do Maranhão. As professoras foram convidadas a participarem desta pesquisa, relatando e descrevendo suas experiências durante o processo formativo acadêmico e pedagógico, denotando suas dificuldades durante o processo acadêmico e posteriormente ao mercado de trabalho, buscamos identificar ainda o tempo de trabalho prestado pelas professoras, e por fim, conhecer um pouco sobre a vida social e profissional que marcaram a sua história de vida e superação.

O ponto de partida para a construção do desenvolvimento desta pesquisa coube na observação, que segundo Lüdke & André (1986), a mente humana é altamente seletiva, e, portanto, tal fato assume que o que cada pessoa seleciona para “ver” depende muito de sua história pessoal e bagagem cultural. Considerando estes fatores, o pessoal e cultural, pudemos caracterizar os pontos a serem abordados nesta pesquisa, formulando questões que pudesse alcançar o objetivo, além de denotar uma situação-problema tão atual e carente de políticas públicas seguras e fiscalização.

A análise da entrevista nos apresentou várias vezes discursos como, dificuldade de locomoção, acessibilidade, visão do outro, e caminho para a autoafirmação. É evidente e relatados nas falas das professoras o quão vulnerável se torna o sistema de políticas públicas no que diz respeito à precariedade de deslocamento e locomoção, além da acessibilidade, a espaços tão amplos quanto uma Universidade, um sistema que, segundo Farias (2017), nega o direito da tomada de decisão em relação à sua posição social e em relação às suas necessidades.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: A INSERÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

Ao fazer um recorte da inclusão de pessoas com deficiência na educação, podemos destacar que, “a década de 1990 representa um período histórico significativo para o movimento reconhecido como educação inclusiva, que visa garantir às pessoas com dedficiência, entre elas aquelas com deficiência, o direito à educação em instituições de ensino regular” (MENDES,



RIBEIRO, 2017, p. 190); A partir dessa década, a ênfase na inclusão de deficientes se dava inicialmente no ensino regular, mas já havia documentos e políticas públicas elaboradas que asseguravam a inserção destas pessoas no ensino superior, como a Constituição Federal de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei n. 9394/98. Mendes e Ribeiro (2017, p.191) destacam que, esses documentos e as políticas públicas que estão voltados para a formação de pessoas com deficiência no ensino superior, foram construídos com o objetivo de superar “um processo histórico excludente para aqueles marginalizados socialmente, entre eles os oriundos de camadas de baixa renda, negros, mulheres e pessoas com deficiência”.

Farias (2017), em sua pesquisa, destaca que as condições de gênero e deficiências, são questões que requerem mais atenção, no entanto ainda não estão incluídas de forma geral nas discussões sociais. Além disso, o trabalho busca conhecer a história, analisar a vida social e profissional e refletir a respeito dos profissionais da educação e como são vistas e se sentem no ambiente educacional da cidade.

Torna-se, nessa perspectiva, ainda mais fácil de perceber os fatores que cerceiam a posição de pessoas com deficiência, quando sabemos que a nossa sociedade brasileira, cultua e vende a imagem do corpo perfeito (FARIAS, 2017), tenho por base a afirmação de uma das professoras entrevistadas: “tudo era mais difícil, que as pessoas com deficiência ficava mais era dentro de casa, os outros não enxergavam a gente como pessoas normais, iguais a eles”, o diagnóstico disso aponta para uma estruturação que visava superar a política precarizada, ultrapassada, resultante da exclusão de indivíduos postos à margem da marginalização social, dentre estas mulheres, negras e deficientes (MENDES & RIBEIRO, 2017).

O “caminho para a autoafirmação” se insere como uma importante forma de se enxergar enquanto indivíduo pertencente ao seu espaço de direito na sociedade, tal como relata uma das entrevistadas “a gente teve que lutar muito, para mostrar mesmo que a gente conseguia fazer as mesmas coisas que... tudo dentro das nossas limitações, dá pra gente conseguir”. É sabido que nos últimos anos a tomada de decisão política determina a inserção de pessoas com deficiência de forma mais ampla, garantindo-lhes o direito assegurado a partir de decretos de lei que viabilizam a “integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, a eliminação de barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação à educação” (THOMAZ & RIBEIRO, 2016).

Lembrando que a legislação favorece a inserção dessas pessoas ao meio acadêmico e social, contudo, é perceptível como as dificuldades encontradas impedem, segundo Thomaz & Ribeiro (2016), a sua inclusão nos diferentes segmentos sociais.



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE TIMBIRAS – MA

Sabemos que a educação no Brasil está cada vez mais desvalorizada, especialmente, os professores, que sofre gradativamente com cortes de orçamentos e salarial, além de enfrentarem condições em sala de aula que se tornam desfavoráveis e desmotivadoras para o profissional docente (DAVID, 2015).

No que diz respeito à inclusão e valorização de profissionais da educação (professores etc) com algum tipo de deficiências, ainda estamos andando a passos lentos para que essa inclusão de fato aconteça, em outros termos, a falta de oportunidade profissional voltada para a inclusão destes profissionais. Além disso, algumas instituições de ensino alegam não possuírem estruturas adequadas para receberem alunos com deficiência. Com isso, podemos concluir que também não estão aptas a receber professores com deficiências de forma adequada. Diante disso, Glat, Pletsch e Souza Fontes (2007) salientam que:

Para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e re-desenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino. (p. 344)

Por outro lado, existem instituições escolares que se preparam para adequarem-se as necessidades das pessoas com deficiência e lhes são atribuídas competências que são perfeitamente capazes de realizar. Dessa forma, se torna um importante passo ao quais as limitações físicas em nada interferem quando se tem vontades e objetivos, e para uma pessoa com deficiência busque independência econômica e social, e a obtenha, é uma conquista bastante significativa. Portanto, este capítulo objetiva trazer contribuições acerca da educação inclusiva e especial no município de Timbiras, especialmente no que se refere aos profissionais da educação (professores, etc) com algum tipo de deficiência. Inicialmente, contatamos à Secretaria Municipal de Educação a fim de obter informações sobre a temática que, ao ser questionada sobre a efetivação de profissionais da educação que possuam algum tipo de deficiência nas unidades de ensino do município, a secretária adjunta (A) respondeu: *“Dentro do nosso quadro de efetivos nenhum professor que possua deficiência, nós temos professores que tem algumas dificuldades, mas deficiência mesmo, não. Agora nós temos outros profissionais, como supervisores que tem deficiências.”*

Com isso, Silva e Helal (2017) debatem sobre a inclusão e integração da pessoa com deficiência, enfatizando acerca da necessidade de mudanças dentro da sociedade para que de fato ocorra o desenvolvimento e exercício da prática cidadã, além de buscar igualdades de direitos, a partir de adaptação de políticas, a fim de obterem tratamento igualitário aos demais

colegas de trabalho. Silva e Helal (2017, p.35 apud CARREIRA, 1997, p.24) destacam ainda que a “falta de conhecimento por parte dos administradores, da capacidade de trabalho da pessoa com deficiência dificulta a inclusão dos indivíduos com deficiência no mercado de trabalho.” A vista disso, ao questionar sobre a formação profissional desses supervisores, citados pela secretária adjunta, em relação a formação acadêmica deles, obtive a seguinte resposta: *“A professora (B) ela é supervisora da escola (X) e a formação dela, ela é concursada para supervisão mesmo. Agora nós temos o professor (C) que trabalha na escola (X), ele tem deficiências, assume a supervisão, mas ele não é do quadro de profissionais da educação.”*

Dessa forma, a pesar de não haver professores com deficiência física efetivos em sala de aula, algumas escolas do município estão dispostas, de forma positiva, a receberem esses profissionais no ambiente escolar e a se adaptarem às necessidades desses profissionais.

Desse modo, prosseguimos com a pesquisa junto às instituições de ensino do município de Timbiras, em que, a partir das informações disponibilizadas pela secretaria de educação, constatamos um número de 10 (dez) escolas municipais de ensino fundamental nas quais, 09 (nove) concordaram em participar da pesquisa e 01 (uma) se absteve, no entanto, obtivemos retorno de apenas 05 (cinco) gestores. Assim sendo, fizemos perguntas em relação à inclusão de profissionais de educação com algum tipo de deficiência no ambiente escolar, se o espaço escolar é acessível estruturalmente e se a escola propõe formação que promova a inclusão.

De tal modo, como relatado pela Secretaria de Educação, os gestores participantes responderam de forma negativa no que se refere à efetivação desses profissionais de educação (professores, etc) com algum tipo de deficiência nas escolas em questão, como dito pelo/a gestor/a da escola (número 04) *“Na nossa escola não temos nenhum com deficiência.”*. Por outro lado, em relação ao espaço escolar, eles responderam de forma positiva, afirmando a adaptação do ambiente escolar com rampas de acesso e banheiros adaptados para atender as necessidades de alunos e/ou pessoas com deficiência que frequentam o espaço escolar. Tal como afirma a gestora da escola de (número 05) que ao ser questionada sobre propostas de formação sobre inclusão, ela diz: *“a SEMED juntamente com a escola sempre oferece formação com o tema de deficiência e inclusão”*.

Diante disso, Silva (2006), debate sobre diferenças e tolerância no que tange a luta pela inclusão e pela igualdade de direitos afirmando que este é: *“O sentimento que mais se manifesta nos tempos atuais [...] como limite do aceitável, quando já poderíamos nos manifestar com solidariedade em relação ao diferente, por ser a diferença a essência de todos nós. (p. 430)”*. Desta forma, apesar das lutas pela igualdade e equidade de direitos ao longo dos anos e dos recentes debates acerca da inclusão, ainda há uma parte da sociedade que não estão adeptos,



dispostos e confortáveis com essas mudanças. Além disso, matérias referentes ao mercado de trabalho com propostas de empregos voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência, estão cada vez mais frequentes nos dias atuais. Porém, não são muitos os pretendentes a essas vagas que se encontram capacitados adequadamente para assumi-las, o que de alguma forma acaba por excluí-los ainda mais (FIGUEIRA, 2013).

Figueira (2013) ainda traz enfoque para a formação da pessoa com deficiência e ressalta que: *“Hoje, já temos muitas pessoas com deficiência com diploma de faculdade, algumas com pós-graduação, mestrado e doutorado e que estão no mercado de trabalho, buscando o seu espaço de igual para igual.”* (p. 103). Desta maneira, no quadro de profissionais da educação na rede de ensino do município de Timbiras, notamos que, apesar de não atuarem em sala de aula, há profissionais com formação acadêmica na área docente que trabalham no ambiente educacional desempenhando a função de supervisor escolar.

À vista disso, entramos em contato com estes supervisores solicitando sua participação, convidando-os a partilhar sua história quanto aos desafios superados ao longo de seu percurso de formação profissional, portanto, estes relatos se mostraram fundamentalmente importantes para a pesquisa em questão.

Logo, as questões direcionadas aos supervisores se basearam nas dificuldades em relação à acessibilidade no espaço escolar, tempo de atuação na área docente e promoção de formação inclusiva no ambiente escolar pela secretaria de educação.

A primeira entrevistada, uma cadeirante, está a seis anos trabalhando na área da educação. Assim, quando questionada sobre as dificuldades encontradas por ela no ambiente escolar, obtive a seguinte resposta: *“A dificuldade maior é fazer com que os alunos façam as atividades, executem né? Neste tempo de pandemia, a gente organiza os roteiros de estudos e os alunos não vêm buscar”*.

Dessa forma, percebe-se que um ambiente adaptado às necessidades do outro, e ao mesmo tempo respeitando suas limitações, além de proporcionar os meios necessários para que o indivíduo se desenvolva profissionalmente dentro de seu ambiente de trabalho, se mostram fundamentais e extremamente necessários. Pois, no decorrer de vários anos, as pessoas com deficiência eram mantidas separadas das outras, eram vistas como incapazes de desempenhar determinadas funções. Nota-se na fala da supervisora que sua maior preocupação, no que diz respeito ao ambiente de trabalho, não está relacionada às dificuldades que este espaço à pode impor e sim falhas no sistema educacional.

Nessa perspectiva, quando questionado sobre a acessibilidade, do espaço em que trabalha, o segundo entrevistado diz o seguinte:



Não, nem tanto, na minha escola é adaptada também, mas só que o meu problema, minha deficiência não é tanto física, mas eu não encontro dificuldade tanto na dependência da escola, é uma escola preparada, uma escola adaptada ao deficiente físico, por mais que a minha deficiência ela não atinja esse grau. (Informação verbal)

A partir disso, Lancillotti (2001) traz uma visão acerca da sociedade, onde ela se encontra impregnada por contradições que, ao mesmo tempo em que se mostra acolhedora e preocupada com questões referentes à inclusão/integração da pessoa com deficiência, ela também impõe obstáculos que acabam por dificultar esse processo inclusivo.

Enfim, independentemente das leis e decretos que garantam a inclusão da pessoa com deficiência em instituições de ensino e no mercado de trabalho, empresas estão cada vez mais exigentes no que diz respeito às competências e a capacidade de se reinventar no campo profissional, e isto pode vir a se tornar um empecilho para o desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, afetando o desempenho do profissional com deficiência.

Por conseguinte, Silva (2006) aponta o preconceito como o medo do novo, do diferente, e, assim se utiliza da discriminação e da indiferença como mecanismo de defesa contra a mudança, em uma sociedade que impõe a capacidade física plena necessária para o indivíduo conquistar uma posição no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Para concretizar o estudo e dar respostas às questões que investigamos assim como os objetivos e da proposta da investigação de modo haver uma contribuição para Educação Inclusiva aos profissionais de educação da rede municipal de Timbiras – MA. Os procedimentos realizados na presente pesquisa foram, pesquisa de campo, levantamento e pesquisa documental, descritivo, teórico bibliográfico de cunho qualitativo e quantitativo

Análise documental

Para análise documental nos baseamos em documentos oficiais que regulamentam a educação brasileira, mais precisamente o que se diz respeito a direitos das pessoas deficientes e a educação inclusiva. Documentos como LDB 9394/96 (Leis de Diretrizes e Bases), assim como também as Diretrizes Curriculares e suas implicações no sistema educacional brasileiro. Esta análise se fez necessário para conhecermos os objetivos e conteúdo dos referidos documentos, e aos estudarmos nos permitiu proceder a uma análise mais adequada dos dados coletados com interfaces com a bibliografia que nos serviu de fundamentação teórica.

A análise documental Segundo Lakatos & Marconi (1996, p. 44) afirma que:

Documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações. Englobam todos os materiais, ainda não



elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. Podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares.

Corroborando Gil (2002, p. 45) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Segundo Gil (2002, p. 43) a pesquisa bibliográfica conceitua como “Desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” A pesquisa bibliográfica para Vergara (1998, p. 45), “É o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Abordagem qualitativa e quantitativa utilizadas na pesquisa

Um dos parâmetros escolhido para a metodologia desta pesquisa foi a de abordagem qualitativa que nos permite três diferentes possibilidades: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. É constatado que a mesma ocupa uma importância significativa entre as várias possibilidades de se estudar fenômenos que se referem aos seres humanos e suas intrínsecas relações sociais que se estabelecem em diversos ambientes.

Na pesquisa foi utilizado um paradigma qualitativo devido ao fato que o mesmo apresenta uma flexibilidade ao analisarmos, sendo mais adequada a construção e reflexão sobre o objeto do presente estudo. Além disso, o uso frequente dos métodos de investigação qualitativas no campo da educação permite uma aproximação do investigador com seu objeto de pesquisa. Como afirma Thiollent (1996), que um dos objetivos da proposta desta abordagem metodológica é em responder, com maior amplitude ao problema pesquisado, tornando mais fácil a busca de dados qualitativamente significativamente.

Segundo Bogdan & Biklen (1994) enfatizam que os pesquisadores qualitativos tentam analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando assim a possibilidade da forma que foram escritos e afirmam 5 características fundamentais para a pesquisa qualitativa:

- 1^a - A investigação qualitativa acontece em ambientes naturais como fonte diretas dos dados tendo seu pesquisador como instrumento chave;
- 2^a - A investigação qualitativa é profundamente interpretativa e descritiva;
- 3^a - Os investigadores qualitativos preocupam-se mais com o processo do que simplesmente com os resultados;
- 4^a - Os investigadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente;
- 5^a - É significativa; é uma preocupação essencial na abordagem qualitativa.



Se for utilizada a forma descritiva para apresentar os resultados obtidos tanto no referencial teórico/documental, quanto aos relatos de campo, objetivar, fundamentalmente, na descrição das características de determinada população sobre situações, opiniões e comportamento que ocorrem na população analisada na pesquisa.

Segundo Martins (2000, p.28) a pesquisa descritiva: “Tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”. Este tipo de modalidade de investigação descritiva pretende descrever com exatidão os atos e fenômenos de determinada realidade, onde seu ponto central reside em conhecer a população estudada, suas características, seus problemas e seu processo de formação, sua preparação para o trabalho.

Há investigação bibliográfica foi utilizada para sustentar o objeto de estudo proposto na pesquisa sobre a formação dos profissionais voltados para a educação inclusiva, considerando a busca de referenciais teóricos publicados em livros, artigos e documentos acessíveis a leituras sobre o estudo em questão, para que se tome conhecimento e analise as contribuições científicas já publicadas.

Gil (2002, p.66) adverte que a elaboração de uma investigação teórico-bibliográfica convém os investigadores assegurar se as condições que os dados forem obtidos, analisando profundamente cada informação para descobrir possíveis incoerências, contradições e fazer uso de fontes diversas confrontando as cuidadosamente.

A pesquisas propõe que os dados sejam coletados em campo, ou seja, um ambiente onde ocorreu espontaneamente os fatos pesquisados, sem interferência do investigador, de forma ética e cientificamente contextualizada. Para Lakatos & Marconi (1991, p.85), “Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta”.

Corroborando Andrade (1999, p.109) afirma que “A pesquisa de campo assim é denominada porque a coleta de dados é efetuada “em campo”, onde ocorre espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre elas.” Como etapa necessária foi feito uma pesquisa em vários documentos oficiais que dizem respeito a formação de professores e sobre a educação inclusiva a luz dos direitos e deveres dos mesmos

Dados obtidos na pesquisa

Inicialmente, contatamos 10 (dez) gestores de escolas municipais de Timbiras-MA e enviamos um questionário via plataforma *Whatsapp*, esta escolha se deu pelo momento em que estamos vivenciando, perpassando uma pandemia, e as escolas se encontram com as aulas presenciais suspensas. Infelizmente, não obtivemos o retorno de todos.



Em contrapartida, 05 (cinco) gestores encaminharam suas respostas em formato de áudios e escritas os quais iremos descrever a seguir: Iremos identificar os gestores pelas letras V, W, X, Y, e Z, por questões éticas no sentido de preservar a neutralidade e para não atribuímos juízo de valores que venham a expor os mesmos.

As entrevistas com gestores foram realizadas entre os dias 31 de maio e 22 de junho, período que consta desde o envio dos questionários e seu retorno. Durante a análise dos dados obtidos, pode-se perceber que, de um lado, algumas escolas estão aptas a receber uma pessoa com deficiência em seu espaço, seja ela profissional ou aluno, e por outro possui ambientes escolares que não estão capacitados estrutural, curricular e politicamente a atender as necessidades destas pessoas.

Desse modo, as perguntas foram voltadas para a inclusão de profissionais com deficiência física, as condições que o espaço escolar proporciona em questão de acessibilidade e formações referentes à inclusão. Os gestores W e Y foram bastante objetivos ao responderem que no ambiente escolar em que estão desempenhando suas funções não há nenhum profissional com deficiência física, como afirma o gestor escolar Z: *“Na nossa escola não temos nenhum com deficiência”*. De tal modo, Cruz (2005) enfatiza que:

As pessoas com deficiência têm as mesmas necessidades de qualquer outro cidadão ou cidadã na sociedade. Infelizmente grande parte da população, não só as pessoas com deficiência, não têm suas necessidades atendidas, desde as mais básicas de sobrevivência às mais complexas de participação efetiva na sociedade. (p. 51).

No entanto, as gestoras escolares V, X e Z, embora tenham negado a existência de professores com deficiência física efetivos nas escolas em que trabalham, apresentaram aspectos positivos e negativos em relação à acessibilidade do espaço escolar. Tal como a gestora V relata: *“Adaptado mesmo só o banheiro, o resto não”*. Entretanto,

Acessibilidade significa a possibilidade de acesso das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ao meio edificado público e privado, aos transportes e às tecnologias da informação e da comunicação, de modo a assegurar o exercício da cidadania através do acesso sem barreiras ao meio envolvente, onde os serviços, produtos e equipamentos estão disponíveis. (CARDOSO, 2009, p. 96-97).

Alem disso, um possível aspecto positivo no tocante à formação sobre inclusão aparece quando gestores afirmam a oferta de palestras referentes ao assunto em questão, bem como mencionado pela gestora escolar Z, que diz: *“a SEMED juntamente com a escola sempre oferece formação com o tema de deficiência inclusão”*. Nesse sentido, a formação continuada bem como palestras e outras atividades que visem discutir políticas públicas, acessibilidade e inclusão, assunto aqui debatido, tal atenção dada a “essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação



nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado [...]”. (JESUS, PANTALEÃO e ALMEIDA, 2015, p. 4).

Os autores citados acima reforçam o quanto é necessário que os espaços, sejam eles públicos ou privados, proporcionem condições favoráveis de acesso às pessoas com deficiência, desde rampas para cadeirante a recursos adaptados para deficientes visuais, entre outras. Desse modo, o foco para essas questões, atualmente, se dá, devido às pessoas com deficiência estarem conquistando, gradativamente, seus espaços no mercado de trabalho.

Percebe-se essas conquistas a partir das mudanças nas instituições de Ensino Superior, que estão se adaptando para receber este público, a fim de prepará-los para adentrar ao mercado de trabalho. São pequenas conquistas, que através de lutas proporcionam oportunidades e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa buscou investigar a presença de profissionais da educação com deficiência nas escolas do município Timbiras, no estado do Maranhão.

Ao analisar, a partir das respostas dadas por gestores, secretaria de educação e profissionais da educação em entrevistas. Contatamos 10 (dez) escolas municipais, quais estão realizando suas atividades, no momento, remotamente. Destacamos que tivemos *aceite* de 9 (nove) gestores, porém, retorno de apenas 05 (cinco).

Constatamos que não há, no quadro de professores efetivos, a presença de profissionais com algum tipo ou grau de deficiência, no entanto, notamos a presença de supervisores escolares desempenhando funções em duas das escolas do município de Timbiras. Por isso e partir das informações apresentadas ao longo desta pesquisa, podemos concluir que a inclusão total de pessoas com alguma deficiência nos espaços escolares ainda se mostra vagarosamente mutável. Isto ocorre devido à insegurança, despreparo ou simplesmente ao negacionismo das instituições de ensino em recebem essas pessoas.

Embora a pessoa com alguma deficiência tenha direitos assegurados por leis tais como a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca e a Lei de Assistência Social, que são algumas das leis que garantem a integração e inclusão das pessoas com deficiência no contexto social, além de garantir o direito à educação e ao trabalho, tais garantias não estão sendo atendidas no todo ou não estão sendo dadas condições suficientes que garantam a inclusão dessas pessoas. Há, neste sentido, certa subestimação sobre a capacidade e desempenho do indivíduo com deficiência e, desse modo, esses direitos ainda são desrespeitados.



No que se refere ao mercado de trabalho, atualmente podemos acompanhar propostas de cursos adaptados às necessidades e voltados para a preparação, formação e inclusão profissional de pessoas com deficiência, podendo indicar outros avanços significativos para além das leis normativas, proporcionando algum grau confiança e independência.

Por fim, esta pesquisa teve como propósito identificar a forma como a pessoa com deficiência é vista enquanto profissional da educação, buscando desmistificar ou mesmo romper com preconceitos quanto a capacidade e as limitações que são impostas, muitas vezes, por terceiros. Trazendo para a atualidade, pensando nos direitos que foram assegurados através de anos de lutas que visavam o reconhecimento e a igualdade para as pessoas com deficiência dentro da sociedade que, apesar de sancionados e assegurados de forma legal, ainda presenciamos diversos tipos de imposições seja social, política, econômica, enfim, que tenta restringir a presença de pessoas com deficiências.

Contudo, é preciso questionar, nos impor, reclamar nosso direito institucional, por isso cabe a necessidade de maior visibilidade e promoção de meios e\ou recursos para que haja inclusão em sua totalidade, não apenas em setores parciais. Que esta pesquisa seja o ponta pé inicial para que outros acadêmicos possam vir a se interessar e contribuir com novos olhares para este contexto educacional, não só no Município de Timbiras – MA, como também em outros lugares, uma vez que o mesmo é bastante pertinente a um debate que é de interesse de nossa sociedade.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas 1999.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. **Características da investigação qualitativa**. In: Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora. 1994.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CRUZ, Giseli Barreto da. **Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 125, p. 81-109, maio/ago. 2005.
- DAVID, Célia Maria. **Política educacional brasileira e sua dimensão social; verso e reverso**. In: DAVID, Célia Maria. SILVA, Hilda Maria Gonçalves da. RIBEIRO, Ricardo. LEMES, Sebastião de Souza (Orgs). **Desafios Contemporâneos da Educação**. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. cap. 6, p. 123-146.
- FARIAS, Adenize Queiroz de. **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Ceará, 2017.
- FIGUEIRA, Emílio. **Outros aspectos e atores da inclusão escolar**. In: FIGUEIRA, Emílio (org.). **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. cap. 7, p. 96- 107
- GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA FONTES, Rejane de. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Educação, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas. 2002.
- JESUS, Denise Meyrelles de; PANTALEÃO, Edson; DE ALMEIDA, Mariangela Lima. **Formação continuada de gestores públicos de educação especial: Políticas locais para a inclusão escolar**. Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 23, p. 1-20, 2015.
- LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **A integração pelo trabalho na sociedade da exclusão**. Anais do encontro nacional de pós-graduação e pesquisa em educação, 2001.
- LAKATOS, E. M. & Marconi, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 1996.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, cap. 3. 1996.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Os Sentidos da Integração e da Inclusão, no Contexto da Inserção Escolar de Deficientes**. Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000.



MENDES, Cleberson de Lima; RIBEIRO, Sonia Maria. **Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da produção acadêmica na área da educação**. Blumenau- vol. 12, n. 1, p. 189- 206, jan/Abr. 2017.

SILVA, Maria Dias. **Dificuldades de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Associação Franciscana da Divina Providencia 2006

SILVA, Alice Cardoso da. HELAL, Diogo Henrique. **A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho Brasileiro: Perspectivas e Desafios**. Revista FSA, Teresina PI, v. 14, n. 5, art. 2, p. 32-54, set./out. 2017.

THOMAZ, Daiane; RIBEIRO, Sonia Maria. **Professores com deficiência: vivência de in/exclusão na formação inicial e contribuições para o trabalho docente**. Revista Cocar. Belém, v.10, n.9, p. 382 a 403 – Jan.- Jul. 2016.

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da pesquisa- ação**. São Paulo. Cortez. 1996.

VERGARA, S. C.. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas. 1998.